

Clube de Paris perdoará dívida do Egito

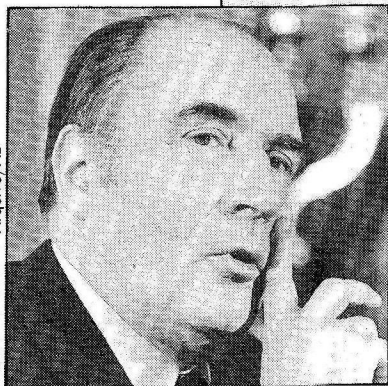
REALI JUNIOR, DE PARIS

Depois de anular metade da dívida pública da Polônia, cerca de US\$ 16 bilhões, os governos e instituições credoras oficiais representados pelo Clube de Paris se reúnem nesta semana na capital francesa para fazer o mesmo com o Egito, em troca de um rigoroso programa de ajuste econômico. No fim de semana, o presidente francês François Mitterrand e seu ministro de Economia, Pierre Bérégovoy, revelaram ao presidente egípcio Hosni Mubarak que estão dispostos a simplesmente apagar uma dívida de US\$ 6 bilhões, mas alertaram que esse tratamento não será estendido a outros países devedores em desenvolvimento, como o Brasil.

A justificativa para o acerto da dívida pública polonesa foi política — a necessidade de consolidar o processo democrático nesse país. No caso do Egito, a justificativa é também política, mas o motivo é diverso. Os países credores destacam a posição assumida pelo Egito durante a guerra do Golfo e a importância do país para a estabilidade política do Oriente Médio.

A decisão favorável ao Egito foi precedida por um acordo com o FMI, que já liberou um crédito de US\$ 372 milhões para equilibrar o balanço de pagamentos. Um outro crédito de US\$ 500 milhões, do Banco Mundial, será rapidamente liberado. O governo egípcio espera a anulação pura e simples de cerca de US\$ 15 bilhões, o que reduziria sua dívida global, pública e privada, de US\$ 50 bilhões antes da guerra do Kuwait para US\$ 28 bilhões, somados US\$ 7 bilhões anulados pelos Estados Unidos.

Os bancos privados estão reagindo mal a essa generosidade dos governos mais ricos, pois têm sido cada vez mais pressionados por países que não receberam o mesmo tratamento —



Arquivo/AE

O Egito de Mubarak obtém da França de Mitterrand (detalhe) o perdão de suas dívidas: prêmio pela ajuda na guerra do Golfo.



Arquivo/AE - 30.04.87

em especial os latino-americanos, como Argentina e Brasil. No caso do Egito, o próprio diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, foi ao Cairo para os últimos acertos — e há apenas um ano o presidente Mubarak se referia ao FMI como o “Fundo da Miséria Internacional”.

Uma das decisões impostas pelo Fundo foi um considerável reajuste das tarifas públicas — energia elétrica, transportes, gás — e dos preços de produtos subsidiados, como pão, gasolina, arroz e óleo. A oposição teme que se repitam as revoltas de 1977, quando um acordo com o FMI, aplicado de forma brusca, provocou explosões sociais e um saldo de 700 mortos. Como precaução, o estado de emergência foi prorrogado em todo o país. Além disso, o presidente Mubarak deverá adequar sua equipe econômica à nova realidade, pois alguns ministros já criticam o plano acertado com o FMI.